



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC	
FLs.	168
ASS.	[assinatura]
Mat.	51282

PARECER JURÍDICO

Processo nº: 908.003/2020

Modalidade: Tomada de preços

Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução das obras e serviços de reforma e revitalização das praças da Rua Nossa Senhora da Conceição, localizadas no município de Serra Caiada/RN.

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Tomada de preços. Menor preço global. Contratação de empresa para para a execução das obras e serviços de reforma e revitalização das praças. Minuta de Edital. Análise jurídica prévia.
Aprovação com ressalvas.

I - RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo técnica e preço, com vistas à **contratação de empresa para a execução das obras e serviços de reforma e revitalização das praças.**

Os autos, contendo 1 volume 167 páginas, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos: solicitação de despesa, projeto básico com orçamento, despacho informando a existência de dotação orçamentária, declaração informando a existência de disponibilidade financeira, autorização de contratação, portaria de nomeação de Comissão de Licitação, encaminhamento das minutas e anexos do edital para parecer.

Na sequência, o processo foi remetido a esta Procuradoria, para a análise prévia dos aspectos jurídicos da minuta de edital elaborada, conforme previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir ao Município no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

P M S C
Fls. <u>169</u>
<u>Amalo</u>
Ass.
<u>51239</u>
Mat.

II - ANÁLISE JURÍDICA

2.1 – Escolha da modalidade licitatória

Em consonância com a Lei de Licitações, tem-se que:

Art. 22. São modalidades de licitação:

- I - concorrência;
- II - tomada de preços;**
- III - convite;
- IV - concurso;
- V - leilão.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Omissis.

Isso posto, observa-se que a contratação de empresa para a execução das obras e serviços de reforma e revitalização de praças, por ser do tipo menor preço, bem como por ter custo estimado inferior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)¹, se enquadra na modalidade de tomada de preços.

2.2 – Requisitos legais para a realização da Tomada de Preços

Passa-se a análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações.

Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida

¹ Os novos valores para realização de tomada de preços foram definidos no Decreto Federal nº 9.412/2018.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

P M S C
FLs. <u>170</u>
<u>Amado</u>
Ass.
<u>SJ339</u>
Mat.

por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO)
- XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;
- XIV - condições de pagamento, prevendo: a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros; c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC
FLs. <u>171</u>
<u>Anaílo</u> Ass.
<u>51339</u> Mat.

até a data do efetivo pagamento; d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos; e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que o edital, em sua maior parte, foi elaborado em harmonia com os ditames do art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e julgamento de recursos.

Entretanto, algumas previsões do edital podem, salvo melhor juízo, ir de encontro a orientações majoritárias dos órgãos de controle, motivo pelo qual merecem reparos, sempre com o intuito de assegurar a ampla participação de licitantes.

Assim, de início, pondera-se que as Cláusula 12.6 e 23.1, bem como todas as outras com disposição semelhante, devem ser alteradas para prever a possibilidade de participação de empresas em processo de recuperação judicial com plano de recuperação acolhido judicialmente. Sugere-se, na forma do modelo de edital indicado pela AGU, que se inclua cláusula com redação a seguir:

"No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação".

Por outro lado, em melhor sintonia com o princípio da máxima competitividade que deve nortear as licitações públicas, recomenda-se que a exigência de apresentação de certidão simplificada da JUCERN para que empresas ME e EPP comprovem esta condição e auferam os benefícios da LC nº 123/2006 seja substituída por simples declaração da licitante.

Assim, a cláusula 16.1 pode ser substituída pelas cláusulas a seguir:

Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Cooperativa equiparada – COOP, nos termos do art. 34 da



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC
FLs. <u>172</u>
<u>Dr. Agostinho</u> Ass.
<u>51339</u>
Mat.

Lei n. 11.488, de 2007 apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

A apresentação declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

Recomenda-se, ainda, que a cláusula 16.1.2 seja adequada conforme orientação acima, ou seja, deixe de exigir a certidão simplificada da Junta Comercial para os fins em debate.

As Cláusulas 17.1 e 33.4, a seu turno, exige o reconhecimento de firma e autenticação de cópias por tabelião, o que contraria o disposto no art. 3º, I, da Lei Federal nº 13.726/2018. A propósito, cita-se o referido artigo:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;

Omissis.

Desse modo, tanto este dispositivo quanto os demais contidos no edital com a mesma exigência devem ser adequados.

Nesse desiderato, ao se compulsar os autos, uma vez realizadas as correções apontadas, pode se considerar atendidas as exigências normativas acima citadas, ao menos no que tange aos seus aspectos jurídico-formais.

III - CONCLUSÃO

Com efeito, sob o ângulo jurídico-formal, salvo melhor juízo, desde que promovidas as adequações recomendadas, a minuta do edital e os anexos do Processo nº 908.003/2020 ficarão em conformidade com a legislação de regência, na



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

P M S C
FLs. <u>173</u>
<u>Amado</u>
Ass. <u>51328</u>
Mat.

medida em foram observadas as regras e exigências da Lei 8.666/93.

Diante do exposto, uma vez sanadas as questões apontadas, opina-se pela aprovação da minuta em comento, propondo-se o retorno do processo para a Comissão de Licitação a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, ressaltando que se faz desnecessária nova análise para verificação do cumprimento das recomendações ora formuladas, na forma prevista no Enunciado 5 do Manual de Boas Práticas Consultivas².

Serra Caiada/RN, 15 de setembro de 2020.

Ednaldo Patrício da Silva
Procurador Municipal

² BCP nº 5 Enunciado Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas. (Manual de Boas Práticas Consultivas. 4ª edição revista, ampliada e atualizada. 2016. AGU).